

## A Progressão Continuada veio para ficar

Enviado por Eduardo da Rocha  
08-Ago-2009

A Educação, atualmente, passa por um período transitório, que cria expectativas diferentes e sensações que vão do desânimo dos educadores mais conservadores às dúvidas dos mais novos. Foram inseridos no contexto educacional alguns novos conceitos e termos, como interdisciplinaridade, multidisciplinaridade, visão sistêmica, educação de jovens e adultos e abolidos outros como conteudismo, repetência ou supletivo. Apesar da evidente mudança, muitos profissionais estão ainda presos aos moldes e noções antigos da tarefa de ensinar, até porque, foi por esses moldes que foram educados. Há uma grande quantidade de professores com dificuldades em se adequar e aceitar os ideais anti-conteudistas, as idéias inter e multidisciplinares. Isso ocorre porque foram formados, com ênfase nos valores positivistas, visando a especialidade.

Esta postura é reforçada pelos vestibulares e concursos públicos, aspiração de muitos alunos, mostram-se ainda ligados aos mesmos moldes. Entretanto, esta realidade tende a mudar em breve, o que já podemos perceber pela forma como o SARESP em São Paulo e o ENEM, por exemplo, são elaborados, apresentando uma nova tendência, muito mais próxima da realidade da educação atual. Estas mudanças incorreram no que se chama de progressão continuada.

A progressão continuada propõe a erradicação ou minimização da retenção de alunos e, conseqüentemente, da evasão escolar, visto que esta é, muitas vezes conseqüência daquela. Na LDB, os artº 23 e 24, são os que fazem da reclassificação de séries, uma prática possível e amparada pela lei.

Algumas escolas da rede privada encontraram no parágrafo 1º do artigo 23 da Lei 9.394 de 20 de dezembro de 1996 (Lei de Diretrizes e Bases - LDB) uma boa estratégia para captar alunos: reclassificam repetentes através de uma única prova de conhecimentos sobre a matéria em que foi reprovado, porém, essas provas, além de ineficazes para o processo, muitas vezes, são usadas apenas como documento comprobatório para questões burocráticas. Já as escolas públicas, não visam lucro, mas precisam de alunos para manter suas salas, além de cumprirem metas impostas por supervisores, todavia, a partir do momento em que reclassificam seus alunos para que continuem na mesma escola, na próxima série, acabam colocando o professor em situação constrangedora e contribuindo para o agravamento de problemas disciplinares, o que faz com que eles passem a evitar as reprovações.

Mesmo diante da evidente mudança, há professores de idéias mais conservadoras que crêem que a progressão continuada tenha sido uma ação que não deu certo, que o ideal é o sistema antigo, onde se reprovavam alunos que não conseguissem médias nas matérias. Esses profissionais tendem a pensar que tudo se reverterá e o antigo sistema de retenção voltará a reger o ensino, todavia é notório que a progressão continuada é um fato ao qual o sistema educacional precisará se adaptar, de modo que erradique a retenção sem que se torne sinônimo de aprovação automática independentemente da atuação do aluno.

Esse tipo de medida não soluciona os problemas que o levaram à reprovação, pois não prevê e reposição dos conteúdos não assimilados, além do que, é um sistema duvidoso, que favorece a queda da qualidade e da seriedade de ensino em detrimento ao lucro com a captação de novos alunos, no caso da rede privada, ou o cumprimento de metas, no caso da pública, ambas questões menores diante da importância de um ensino de boa qualidade.

Alguns diretores, mantenedores, investidores tendem a promover a educação a partir dos números, seja para satisfazer as estatísticas educacionais, seja para satisfazer a avidez de lucro dos donos de escola, o fato é que a lei está sendo interpretada de modo a favorecer o mercantilismo educacional, ainda que isso custe a qualidade de ensino, a perda de

valores fundamentais e a formação de cidadãos e profissionais incompetentes, egocêntricos, imediatistas e consumistas, nocivos à sua família e sua comunidade. Isso a médio e longo prazo, pois a curto prazo, já é possível perceber os danos causados por essa reclassificação à revelia, tanto no andamento dos alunos como nos aspectos disciplinares nas escolas.

No entanto, apesar dessas questões problemáticas, é um grande engano defender o fim da progressão continuada, insistir na retenção ou pregar contra o capitalismo, pois tudo isso são fatores impostos e que não dependem da decisão da sociedade, apesar de ser o Brasil um país democrático, além do que, se vista por um ângulo positivo, ela, de fato, conseguiu seu propósito de diminuir a evasão escolar e acabar com injustiças e atrasos desnecessários na vida de muitos jovens.

A aparente dicotomia cumprir conteúdos X ensino democrático não é tão complexa de resolver e nem tão dicotômica assim, o problema é que adequá-las diz respeito aos professores ou tutores, que, quando não esbarram em suas próprias barreiras, criadas a partir do medo do novo, esbarram em problemas com alunos, coordenação, direção e colegas.

O ideal é, então, estudar meios e criar mecanismos para que se faça uma educação de qualidade dentro da estrutura educacional atual, baseada nos modelos construtivistas, de forma justa e positiva, que ao contrário de lutar contra, usufrua das novas políticas e tecnologias.

Eduardo da Rocha é graduado em Letras, especialista em Educação Ambiental e Educação à Distância e Mestre em Educação, Administração e Comunicação, atuando como professor na rede pública e particular de ensino no ensino médio e superior.